

+ PARTIDO + MOVIMENTO NO LITORAL ALENTEJANO

Crise climática e aumento das desigualdades são duas faces da mesma moeda - a exploração da natureza e dos trabalhadores pelo sistema capitalista. São imprescindíveis mudanças que, com o Socialismo no horizonte, garantam a sobrevivência da Humanidade e a transformação radical da sociedade. A ideologia do progresso assente numa lógica do crescimento infinito está esgotada. Para satisfazer as necessidades reais da população, é preciso socializar os meios de produção estratégicos e adotar um planeamento orientado a partir de baixo, amplamente democrático e baseado em formas de organização popular.

JUSTIÇA SOCIAL E ECOLÓGICA

As políticas neoliberais dos governos PS e PSD/CDS, as limitações da “geringonça” e a submissão das autarquias aos interesses instalados e a instalar, mesmo do PS e da CDU, têm degradado social e ambientalmente a região.

A maioria absoluta do PS, não responde aos problemas que enfrentamos e desloca-se para a direita, agravando-os. É da mobilização das ruas que nasce a esperança, com a luta climática, laboral, serviços públicos de qualidade (como os professores vêm demonstrando), feminista, contra o racismo e a extrema-direita.

No Litoral Alentejano é indispensável pensar na alternativa ecologicamente sustentável e socialmente justa, responder a quem aqui vive e trabalha, com futuro para os jovens e dignidade para os mais velhos. Acesso pleno à cultura, saúde, educação e habitação digna; transportes públicos; (re)industrialização livre de fósseis e produção pública de energia renovável; agricultura de proximidade e cooperativa; gestão racional da água; turismo regulado e de baixa densidade, acessível a todos.

A vida e a região são incompatíveis com o laboratório dos grandes interesses económicos, predatório e orientado para o lucro. O Litoral Alentejano é hoje um território central para o capital. Cabe à esquerda responder com radicalidade, organizada a partir de baixo.

A dependência fóssil do Complexo Industrial de Sines, o aumento da capacidade de armazenagem de Gás Natural e os anunciados investimentos “verdes” não respondem à urgência climática, especulam e aumentam do custo de vida. O encerramento da Central Termoelétrica sem respeito pelos trabalhadores confirma a orientação economicista da transição comandada pelos acionistas.

Tudo é admitido neste território em sacrifício. O turismo de luxo, que invade e destrói o último cordão dunar virgem no concelho de Grândola, os maiores parques fotovoltaicos da Europa em Santiago do Cacém, o ressurgir da prospeção e exploração mineira em Alcácer do Sal, são sintoma da desconsideração da população e das pequenas atividades económicas.

Odemira é um “oceano de estufas”, aqui a agricultura esgota terras, contamina solos e consome a água que sobra da calamitosa seca, deixa barragens em níveis mínimos de armazenamento e recupera o abastecimento de povoações com autotanques. O trabalhador migrante, sobre explorado e sem direitos, é guetizado e paga com a dignidade o lucro do patrão.

TRABALHO LOCAL e DEMOCRACIA INTERNA

Na resposta não nos demitimos de intervir dentro ou fora do aparelho de estado. A disputa institucional e parlamentar é importante, mas o centro da intervenção política deve ser a construção de baixo para cima, é o esforço coletivo que alarga e enraíza o bloco, que o torna resistente à volatilidade eleitoralista e à desmobilização, e reforça os eleitos locais.

Um Partido/Movimento recusa o centralismo, confia nos militantes, investe na organização em baixo, nos núcleos (freguesia; bairro; empresa), em sedes vivas (espaço de intervenção, convívio e aprendizagem), integra movimentos, sindicatos e associações, intervém na disputa pela hegemonia cultural.

O apoio das estruturas centrais e distritais às estruturas locais e concelhias é fundamental, assegurando autonomia política e financeira, aproximar a política dos problemas reais gera movimento social. Defendemos o princípio da entreatajuda, estatutariamente expresso, na possibilidade de criar estruturas sub-regionais, designadamente inter-concelhias, onde é difícil o enraizamento e estruturação local.

O Bloco precisa de todos e de mais aderentes, independentemente da sensibilidade ou opinião. Um Partido/Movimento que se diferencie à esquerda não desiste da democracia radical e foge a calculismos de sobrevivência aparelhística, que a deteriora, fecha e exclui. O sectarismo das tendências e maiorias bloqueia o Bloco, impede o debate, desvaloriza órgãos eleitos, verticaliza a organização e subestima a participação militante. Demonstração disto é a opção administrativa de excluir as minorias da Convenção, com o aumento do número mínimo de subscritores de Moções, de 20 para 194 aderentes.

Apresentamos à XIII Convenção do Bloco uma Plataforma construída a partir de baixo, não nos revemos em nenhuma Moção, o Bloco de Esquerda é o nosso partido e é aqui que continuamos a estar e a intervir, nas estruturas locais, nas assembleias estatutariamente estabelecidas, onde entendamos que a nossa participação seja politicamente útil, com reflexão crítica e proposta política, contribuindo para os grandes objectivos políticos que temos pela frente.

Subscrevem:

Amélia da Assunção Batista Duque| 525 |Sines
Ana Maria Caixeirinho Penas| 4482 | Alcácer do Sal

Bruno Alexandre da Silva Candeias| 11738 | Santiago do Cacém
Carmen Sofia Martins Figueira| 16831 | Santiago do Cacém
João Manuel Martins Madeira| 520 | Santiago do Cacém
Jorge Manuel de Jesus Santana| 4900 | Santiago do Cacém
Luís Miguel Pires Pereira| 250 | Alcácer do Sal
Nádia Lopes Penas| 7524 | Alcácer do Sal
Olavo de Pinho Tavares|14837 | Santiago do Cacém
Victor Manuel Veloso dos Santos| 12808 | Santiago do Cacém